

## **E ESSA NEGRA PENSA? O PROCESSO FORMATIVO DAS MULHERES PRETAS E A INFLUÊNCIA DO RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL COLONIAL**

Cassiane Vitória da Silva Costa <sup>1</sup>

Lésle Amanda da Silva<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este estudo analisa os impactos da escravidão e da lógica patriarcal na vida das mulheres negras no Brasil colonial, destacando processos de violência, formação identitária e resistência, especialmente nos quilombos e nas lideranças femininas. A trajetória dessas mulheres foi marcada por múltiplas opressões — raciais, de gênero e sociais — desde as viagens nos navios tumbeiros até o trabalho forçado nas lavouras e casas. Silenciadas pelo machismo estrutural, elas buscaram formas de resistência e sobrevivência, negociando sua existência em meio à servidão. Organizado em quatro tópicos de discussão, o trabalho investiga a escravidão, o patriarcado, o processo formativo e a resistência feminina negra. A metodologia baseia-se na análise dos estudos decoloniais, valorizando as experiências subalternizadas dessas mulheres. O estudo contribui para resgatar seu protagonismo histórico e ampliar a compreensão das desigualdades raciais e de gênero no Brasil.

**Palavras-chave:** Escravidão; Mulheres negras; Patriarcado; Quilombos; Resistência.

### **INTRODUÇÃO**

Durante o processo colonial no Brasil, diferentes formas econômicas ganharam destaque, demandando mão de obra especializada para a realização do trabalho. Além da exploração dos povos indígenas, o tráfico e a escravização dos negros aumentaram de forma alarmante, com milhares sendo retirados à força de suas terras de origem para trabalhar em um ambiente desconhecido e hostil.

As viagens até o Brasil eram realizadas em navios negreiros, posteriormente conhecidos como navios tumbeiros, devido à grande quantidade de pessoas que

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá - UEM, [ra129655@uem.br](mailto:ra129655@uem.br);

<sup>2</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação/ PPE da Universidade Estadual de Maringá/UEM; Professora Assistente do Departamento de Pedagogia/DPD da Universidade Estadual de Maringá – Campus Regional de Cianorte; Coordenadora Adjunta do Laboratório de Estudos Feministas e Violência de Gênero/LEFEVGE vinculado ao Dep Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação/ PPE da Universidade Estadual de Maringá/UEM; Professora Assistente do Departamento de Pedagogia/DPD da Universidade Estadual de Maringá – Campus Regional de Cianorte; Coordenadora Adjunta do Laboratório de Estudos Feministas e Violência de Gênero/LEFEVGE vinculado ao Departamento de Pedagogia/DPD/UEM. Email: [lasilva2@uem.br](mailto:lasilva2@uem.br);



morriam nos porões em condições insalubres. Muitas dessas mortes foram provocadas pelos próprios escravos, que optavam pelo suicídio para diminuir seu sofrimento. Aqueles que sobreviviam enfrentavam uma dura realidade de servidão, sendo direcionados para o trabalho nas lavouras, nas casas de campo ou nas áreas urbanas (CISNE; IENAEL, 2022).

Essa exploração brutal impactou profundamente o processo formativo das pessoas negras, que foram trazidas da África já destinadas a funções que a elite branca se recusava a executar. Durante as viagens e no cumprimento de suas obrigações, os negros foram submetidos a constantes violências físicas e simbólicas, que marcaram suas trajetórias. Mesmo diante das adversidades, não desistiram da luta pela liberdade, buscando formas de resistência, ainda que muitas vezes silenciadas (CAVALCANTI, 2022).

No contexto dessa resistência, destacam-se diversas lideranças negras que incentivaram e organizaram a luta contra a opressão. No entanto, apesar da importância da participação feminina, os homens negros ganharam maior visibilidade histórica, enquanto as mulheres foram muitas vezes esquecidas. Silva (2018, p. 7) ressalta que:

enfrentando um sistema patriarcal, as mulheres lutavam pelo alargamento das temáticas e novas produções intelectuais que demonstrassem que as contribuições femininas para a história são importantes para compreensão dos acontecimentos que envolvem a história em todas as esferas.

Conforme ressaltam Konkel, Cardoso e Hoff (2005, p. 40),

[...] as mulheres não questionaram sua condição de subordinação, que variava de acordo com a hierarquia social. Pouco se comentava sobre as atividades da mulher, fosse ela imperatriz, senhora da fazenda ou escrava, mas o seu comportamento variava de acordo com a posição ocupada na sociedade colonial.

Diversas mulheres nem chegavam a questionar sua condição social, pois acreditavam que a submissão era o que poderiam conquistar durante sua vida. Entretanto, no meio social das escravas, sempre houve tentativas de mudança de vida e resistência partindo delas, buscando sair daquela condição de submissão e violência pela qual não compactuavam, ainda que, para haver essa resistência, muitas delas tivessem que concordar com as situações enfrentadas com seus donos.

Silva (2018, p. 5-6) destaca que:



[...] existia uma luta diária dos escravos para permanecerem vivos, melhorarem as condições de trabalho – mesmo que em algumas situações isso significasse ‘cooperar’ com os senhores. Diferente das ideias difundidas que colocam os escravos como submissos, essas pessoas tinham, no modo possível de cada dia, meios para barganhar com os senhores, pois eles que realizavam as atividades relativas ao funcionamento do engenho, a produção de alimentos, as atividades da manutenção da casa grande, entre outras.

Essa forma de resistência demonstra que os escravos eram maioria e sustentavam o funcionamento do engenho; se eles parassem de trabalhar, os senhores não lucrariam mais. Porém, aqueles que ousavam abandonar essa vida eram capturados e punidos severamente.

A partir desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o processo formativo das mulheres negras durante o período escravocrata no Brasil colonial, destacando as opressões sofridas e as formas de resistência, especialmente no contexto dos quilombos e da construção do feminismo negro.

Para atingir esses objetivos, o trabalho está organizado em quatro tópicos. O primeiro aborda a escravidão no Brasil colonial, enfatizando a violência e a desumanização enfrentadas pelos negros. O segundo tópico discute o patriarcado e a escravidão, evidenciando como os corpos femininos negros foram particularmente explorados dentro da lógica colonial. No terceiro, investiga-se o processo formativo das mulheres negras no período escravocrata, analisando sua construção identitária e social. Finalmente, o quarto tópico trata da resistência feminina negra e dos quilombos, destacando o papel das mulheres nas estratégias de luta e organização comunitária.

Metodologicamente, este estudo utilizará a análise nos estudos decoloniais, que possibilita compreender as relações de poder e opressão estabelecidas no contexto colonial, valorizando as vozes e experiências subalternizadas das mulheres negras.

Dessa forma, este estudo busca resgatar a importância da atuação das mulheres negras na história do Brasil colonial, contribuindo para a compreensão das raízes do racismo estrutural e da desigualdade de gênero ainda presentes na sociedade brasileira.

## METODOLOGIA

A pesquisa tem cunho bibliográfico e se baseará nos artigos fornecidas pela Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), na Scientific Electronic



Library Online (SciELO), no Google Acadêmico e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Desse modo, baseado nos fundamentos da Escola de Annales, pois segundo Godoy (2018, p.30) “[...] este apresenta a possibilidade de rejeitar as ‘verdades’ dos documentos oferecidos pelas fontes e nos permite questionar, desafiar e provocar as fontes [...]”. Utilizaremos da pesquisa qualitativa, por se tratar de estudos que retratam os acontecimentos sociais vivenciados no Brasil colonial que é o recorte da pesquisa, estes objetos de estudos servirão para a fundamentação teórica da pesquisa e melhor compreensão dos fatos acontecidos, dando possibilidade para futuros estudos na área.

Para a realização desta pesquisa os estudos feministas negros, também servirão como aporte teórico para fundamentação argumentativa das ideias propostas, nesse sentido utilizaremos autores/as como Djamila Ribeiro, Angela Y. Davis, Bell Hooks e dentre outros/as autores/as.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A partir do século XVIII, a sociedade brasileira consolidou-se como escravista. Povos africanos foram arrancados à força de seus territórios de origem e transportados em condições absolutamente desumanas para o Brasil. Nos porões dos navios negreiros, milhares de africanos eram confinados por dias ou até semanas, em espaços apertados, sem ventilação, alimentação adequada ou saneamento. Aqueles que sobreviviam à travessia passavam a ser tratados como mercadoria e eram vendidos em feiras ou mercados, sendo submetidos a uma vida de exploração, trabalho forçado e violência.

Segundo Marquese (2006), todo o processo de escravização era parte de um sistema institucionalizado que promovia a transformação de seres humanos em mercadoria. O autor aponta que:

A escravização dos africanos, seu transporte para o Brasil, as atividades que aqui desempenharam como escravos (em geral, nas tarefas rurais e urbanas que não exigiam qualificação), a recomposição dos laços familiares e culturais, a produção de descendentes, que, em uma ou mais geração, certamente obteriam a liberdade via manumissão: todos esses movimentos e outros mais podem ser tidos como parte de um processo institucional em larga escala de transformação de status (MARQUESE, 2006, p. 118).



A brutalidade do processo de captura, transporte e escravização tinha um propósito claro: domar os africanos para que fossem submissos aos seus senhores. Conforme Hooks (2023):

Tudo que os negros enfrentaram dentro dos navios serviu para que, ao chegar no país, fossem escravos mais dóceis e não selvagens como tinham sido capturados, o intuito de toda a tortura que eles passaram durante as viagens era para que quando fossem comprados pudessem obedecer as ordens sem ir contra seu dono (HOOKS, 2023, p. 44).

Além disso, o Brasil foi o principal destino do tráfico negreiro, o mais volumoso de toda a história atlântica. Isso influenciou diretamente a forma como a escravidão se disseminou socialmente. Marquese (2006) explica:

Por conta da dinâmica do tráfico para o Brasil, o mais volumoso na história do comércio negreiro transatlântico, o africano escravizado era uma mercadoria socialmente barata. Foi isso que permitiu o disseminar da escravidão pelo tecido social brasileiro, marcando a particularidade desse sistema escravista (MARQUESE, 2006, p. 118-119).

Contudo, ao observar a historiografia tradicional sobre o período da escravidão, nota-se que ela se concentrou quase exclusivamente nas experiências masculinas. As mulheres negras, sobretudo as quilombolas, tiveram suas vivências e lutas invisibilizadas. Essa omissão é reflexo de um patriarcado racista e colonial que desprezava as experiências femininas, relegando-as ao silêncio histórico. Ayres (2024) defende que é urgente reconhecer a importância dessas mulheres:

Reconhecer e valorizar as trajetórias das mulheres quilombolas é uma ação reparadora que fornece condições para a efetivação de direitos civis e políticos e garantir a elaboração e/ou ampliação de políticas públicas que considerem as dinâmicas nos territórios das comunidades quilombolas (AYRES, 2024, p. 19).

As mulheres negras enfrentaram uma dupla opressão: a de raça e a de gênero. Foram exploradas fisicamente nas lavouras e casas-grandes, e sexualmente, sendo tratadas como objetos de prazer dos senhores e constantemente violadas. Além disso, tinham seus corpos animalizados e desumanizados, sendo obrigadas a trabalhar e procriar para atender aos interesses econômicos da escravidão. Sobre isso, Ayres (2024) acrescenta:



São as rotas traçadas pelas mulheres quilombolas, nos períodos colonial e pós-colonial, que percorreremos, para ampliar nossa compreensão de que, nas ‘comunidades negras rurais quilombolas’, as mulheres negras ainda afrontam as formas de violências produzidas pelo heteropatriarcado. Elas promovem estratégias políticas para se tornarem proprietárias de seus corpos, por vezes destituídos de sexualidade, animalizados pelas violações racistas, sexistas e machistas (AYRES, 2024, p. 20).

Compreender o patriarcado colonial e suas violências é também reconhecer os impactos que esse sistema deixou na estrutura social contemporânea. Muitas das desigualdades atuais — sobretudo as que afetam mulheres negras — têm raízes nesse passado escravista e racista. Valorizar as trajetórias femininas negras é um passo fundamental para a reparação histórica e a construção de uma sociedade mais justa.

A colonização do Brasil foi conduzida de maneira solitária e eminentemente exploratória. Os colonizadores portugueses não possuíam a intenção de formar famílias ou estabelecer uma sociedade baseada na convivência comunitária. O que motivava sua presença era, sobretudo, a busca pelo lucro imediato proporcionado pelas riquezas naturais do território. Neste cenário, não houve qualquer esforço sistemático para promover uma estrutura social ou educativa estável, muito menos inclusiva. Segundo Ribeiro (2006), essa negligência reflete-se no total desinteresse pela educação:

[...] não havendo interesse na educação, no amor às letras, na criação de escolas, a educação ficaria a cargo dos jesuítas apenas no que diz respeito à catequese e o ensino de primeiras letras e com o intuito inicial de pacificar indígenas (RIBEIRO, 2006, p. 3).

A ausência de estruturas sociais e familiares organizadas fomentou práticas violentas, como a apropriação dos corpos femininos — indígenas e negros — para uso sexual e reprodutivo. As mulheres indígenas, por serem as primeiras a terem contato com os portugueses, foram as primeiras vítimas dessa violência. Vistas como inferiores e desprovidas de humanidade, eram utilizadas para a satisfação sexual dos colonizadores e posteriormente descartadas.

Como denuncia Ribeiro (2006):

Não encontramos indagações relativas à indignação desses indígenas sobre a violência que foi cometida contra o seu corpo e a sua cultura, durante esses longos anos de apropriação da terra pelo colono português. Quantas vezes essas mulheres choraram sem entender a brutalidade dos 'deuses barbudos e fétidos' descidos das barcas



misteriosas e distribuindo objetos interessantes (RIBEIRO, 2006, p. 4).

Com o avanço da colonização e o desenvolvimento da economia escravocrata, milhares de mulheres africanas foram trazidas ao Brasil sob um regime de escravidão. Se os homens negros eram predominantemente destinados ao trabalho forçado nas lavouras, as mulheres negras eram exploradas de maneira multifacetada: serviam como amas de leite, cozinheiras, cuidadoras, empregadas domésticas e, principalmente, como objetos sexuais.

A opressão vivenciada por essas mulheres operava na intersecção entre raça, gênero e classe. Baseggio e Silva (2015) ressaltam:

Os homens passam a escravizar e se sobressair como uma raça superior aos africanos, por conta do seu poder acontece a dominação de uma raça sobre a outra, deixando claro o surgimento do racismo estrutural (BASEGGIO; SILVA, 2015, p. 22-23).

O sistema escravista tratava os corpos negros como propriedade viva. A violência física era corriqueira, sendo usada como instrumento de intimidação e controle. Cisne e Ienaél (2022) descrevem esse cenário:

Podemos verificar assim, que a população escravizada é tida como uma propriedade viva, sujeita aos mandos do senhor a quem pertence. Nesse contexto, os castigos e as práticas repressivas são indissociáveis do seu cotidiano, como forma pela qual a sociedade se protege das parcelas revoltosas, como um método de alerta, para os outros cativos que pensam em repetir tais ações de rebeldia. Contudo, nesse cenário marcado pelo autoritarismo, as cativas permanecem na luta contra sua condição, com práticas silenciosas ou ações de enfrentamentos (CISNE; IENAEL, 2022, p. 197).

A fuga era uma dessas estratégias de enfrentamento. Fugir representava não apenas uma tentativa de escapar das violências cotidianas, mas uma rejeição ativa ao modelo de dominação escravocrata e patriarcal. Como enfatizam os mesmos autores:

A fuga, por exemplo, aparece como um afronte ao modo de dominação senhorial. Uma vez que, partindo para longe dos seus proprietários, as escravizadas buscavam escapar não apenas das explorações e castigos diários, mas romper definitivamente com todas as amarras oriundas da sociedade escravista patriarcal (CISNE; IENAEL, 2022, p. 197).



A historiografia tradicional, em grande medida, reforçou essa invisibilização. As mulheres foram tratadas como personagens marginais ou apenas como agentes reprodutivas. Konkel, Cardoso e Hofer (2005) indicam que “[...] as mulheres não questionaram sua condição de subordinação [...]” (KONKEL; CARDOSO; HOFER, 2005, p. 40).

Tal afirmação, contudo, deve ser compreendida com cautela. A suposta ausência de resistência não deve ser interpretada como passividade, mas como reflexo de um sistema ideológico que naturalizava a desigualdade e impunha a submissão como única forma de sobrevivência. Silva (2018) elucida: “Essas pessoas tinham, no modo possível de cada dia, meios para barganharem com os senhores [...]” (SILVA, 2018, p. 5-6).

Essas pequenas “barganhas” representavam atos cotidianos de agência e resistência diante de uma estrutura de poder totalizante. Mesmo assim, qualquer sinal de insubordinação era violentamente reprimido, reafirmando o controle patriarcal como eixo central da ordem colonial.

Assim, o patriarcado colonial operou como instrumento de legitimação da violência e da exclusão, sustentando não apenas a estrutura econômica da escravidão, mas também o silenciamento histórico das mulheres. Como consequência, suas vozes foram relegadas à margem da narrativa oficial.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de escravização no Brasil iniciou-se com a violenta captura de africanos em seus territórios de origem. Homens, mulheres e crianças foram sequestrados de suas comunidades por meio de estratégias brutais de dominação, organizadas por redes de tráfico humano com o respaldo das potências coloniais europeias. Forçados a atravessar o Oceano Atlântico em navios negreiros, os africanos foram submetidos a condições desumanas durante a chamada “passagem intermediária”, sendo transportados como mercadorias com o objetivo de alimentar a lógica produtiva e patriarcal da colônia.

Entretanto, dentro dessa lógica de violência extrema, as mulheres negras ocupavam uma posição de opressão ainda mais específica. Além de enfrentarem as mesmas jornadas exaustivas e punições físicas que os homens, eram alvo sistemático de violências sexuais. Ocupando posições domésticas nas casas-grandes, como amas de leite, cozinheiras, lavadeiras e cuidadoras de filhos dos senhores, essas mulheres eram



constantemente expostas à exploração física, emocional e sexual, tornando-se alvos de desumanização dentro e fora do ambiente de trabalho. Como observa Cavalcanti (2022, p. 556):

O fato de ser mulher não as privou de sofrerem toda sorte de castigo e punições, eram marcadas em ferro em brasa, trabalhavam nas mesmas atividades dos homens e eram estupradas, violentadas de forma desumana.

A experiência de ser uma mulher negra escravizada envolvia, portanto, a vivência interseccional de opressões de raça e gênero. Ainda que o conceito de interseccionalidade tenha sido formulado posteriormente por Kimberlé Crenshaw (2002), a prática dessas opressões já era vivida de maneira concreta na estrutura social escravocrata. As mulheres negras foram marginalizadas não apenas por sua raça, mas também por sua condição de gênero, o que as colocava em uma posição de extrema vulnerabilidade dentro do sistema colonial.

Apesar disso, essas mulheres não se limitaram à condição de vítimas passivas. Em meio ao sofrimento, atuaram como guardiãs de práticas culturais, religiosas e linguísticas. Preservaram saberes ancestrais, transmitiram línguas africanas, prepararam alimentos tradicionais e mantiveram vivas cosmologias que garantiram a resistência simbólica diante do apagamento.

Segundo Gonzalez (2020), as mulheres negras foram fundamentais para a manutenção da identidade africana no Brasil. Mesmo em condições adversas, preservaram práticas educativas informais dentro dos terreiros, quilombos e senzalas, sendo agentes formadoras de conhecimento, cuidado e resistência.

Dessa forma, o processo formativo das mulheres negras no Brasil escravocrata deve ser compreendido em sua ambiguidade. Por um lado, marcado pela dor, submissão e brutalidade; por outro, constituído por práticas de resistência, solidariedade e reinvenção subjetiva e coletiva.

Lima, Ranieri e Silva (2024, p. 6) destacam a importância dessas vivências para a construção de saberes:

A prática vivida, teoria sentida e as emoções pulsantes. Essa triangulação promove um sentido e significado para a educação das mulheres, especialmente das mulheres negras. A vivência representa uma força do coletivo, da comunidade das mulheres que compreendiam a dor da carne que cada mulher negra sentia naquele período, bem como a resistência necessária.



Embora essas mulheres não tenham desenvolvido uma consciência feminista nos moldes contemporâneos, suas ações configuraram formas de resistência política e social. A manutenção de redes de cuidado, o protagonismo em fugas e em quilombos, bem como a proteção de valores comunitários, demonstram a capacidade de agência em meio à opressão.

Hooks (2023, p. 89) esclarece que: “O fato de que mulheres negras escravizadas eram forçadas a trabalhar como ‘homem’ e a existir independentemente da proteção e da provisão deles não levou ao desenvolvimento de uma consciência feminista.”

Contudo, essas experiências foram o alicerce para a elaboração posterior de um feminismo negro, enraizado nas vivências históricas das mulheres negras escravizadas. Essa trajetória, marcada pela dor, pelo cuidado e pela organização coletiva, lançou as bases para uma resistência que ainda se manifesta nas práticas sociais, políticas e culturais de mulheres negras no Brasil contemporâneo.

Como sintetiza Sueli Carneiro (2011), a história das mulheres negras é uma história de luta constante contra um sistema de opressões interligadas. Apesar da marginalização imposta, elas construíram novos modos de existência, educando por meio do exemplo, do cuidado e da transmissão de saberes. Essa herança formativa segue viva nas práticas culturais e educativas que moldam a resistência negra até os dias atuais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu uma compreensão mais aprofundada sobre como o processo formativo das mulheres negras no Brasil esteve profundamente entrelaçado às estruturas de opressão que marcaram o período colonial. Sob o domínio patriarcal e alicerçado em um racismo estrutural persistente, os corpos negros, especialmente os femininos, foram submetidos ao trabalho forçado, à exploração sexual e à desumanização sistemática. Como apontam diversas autoras do feminismo negro, as mulheres negras foram reduzidas à condição de propriedade, alvo de castigos físicos e práticas disciplinares violentas que visavam domá-las e mantê-las subjugadas. Conforme analisa bell hooks (2023), a dominação sobre a mulher negra era exercida por meio de violências físicas, sexuais e simbólicas, como forma de controle de sua autonomia e subjetividade.



É exatamente nesse contexto de violação dos direitos mais básicos que emergem formas plurais e potentes de resistência. A fuga, a construção de redes de solidariedade entre as mulheres, a preservação das práticas culturais e a organização dos quilombos são exemplos de estratégias utilizadas por essas mulheres para enfrentarem a opressão. Embora silenciadas por muito tempo pela historiografia tradicional, figuras como Dandara dos Palmares, Tereza de Benguela e Zeferina emergem hoje como símbolos da luta e da liderança feminina negra, demonstrando que sua atuação foi central nas resistências contra o sistema escravocrata.

A partir da perspectiva do feminismo negro, torna-se evidente que as opressões vividas por essas mulheres não podem ser compreendidas de forma fragmentada. Autoras como Angela Davis (2016) e Kimberlé Crenshaw (2002) defendem a importância da interseccionalidade como ferramenta analítica para compreender como as experiências das mulheres negras são atravessadas simultaneamente por raça, gênero e classe social. Nesse sentido, as lutas dessas mulheres não se limitavam ao combate ao racismo: elas também enfrentavam o sexismo, o patriarcado e as desigualdades econômicas e sociais que estruturaram – e ainda estruturam – a sociedade brasileira.

Ao analisarmos os relatos e vivências dessas mulheres, torna-se evidente que a história da população negra no Brasil não deve ser contada sem a devida valorização de suas experiências e de suas formas de resistência. A violência, o silenciamento e a exclusão que marcaram o período escravocrata deixaram marcas profundas nas estruturas sociais brasileiras, ajudando a conformar um modelo de sociedade baseado na hierarquização racial, cujas consequências ainda se fazem sentir nos dias atuais.

## REFERÊNCIAS

AYRES, Aline. **Mulheres quilombolas e resistência no Brasil colonial**. Salvador: Editora Quilombo, 2024.

BASEGGIO, Pâmela; SILVA, Carolina da. **História e protagonismo feminino negro: o papel das mulheres negras na formação do Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

BASEGGIO, Tatiane; SILVA, Rosani Ribeiro da. Gênero, etnia e classe: a interseccionalidade na exploração das mulheres negras no Brasil Colônia. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 2, p. 22–25, 2015.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.



RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

